



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 19 de janeiro de 2011

A CRITICA DIRETRIZES	1
ECONOMIA	
A CRITICA Saldo positivo no Amazonas	2
ECONOMIA	
A CRITICA rogério pina.....	3
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO APLAUSOS	4
AMAZONAS EM TEMPO País cria 2,5 mi de postos de trabalho	5
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Segmento naval busca solução para gargalos	6
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS SUFRAMA	7
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	8
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS MPF apura convênios da Suframa	9
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS INDÚSTRIA.....	10
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria de remanufatura e Duas Rodas obtêm benefícios	11
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS AM registra saldo recorde de empregos	12
AMAZONAS	

DIRETRIZES

Polo naval terá foco em barcos de lazer e turismo

Construção de balsas e empurradores é outro segmento com grande potencial para essa indústria

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O futuro do polo naval da Zona Franca de Manaus reside na construção de barcos esportivos e de lazer, além de estruturas flutuantes para atender as demandas por transporte da indústria. Não será uma indústria para competir com os fabricantes de plataformas e navios petroleiros. Essas são algumas das diretrizes debatidas ontem, durante o "1º Encontro do Polo Naval", realizado na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

A importação de embarcações esportivas e de lazer pesa negativamente na balança comercial brasileira. Só no ano passado, o País importou o equivalente a US\$ 222,3 milhões em embarcações e estruturas flutuantes. Apesar de ser muito forte e estruturada, a indústria naval brasileira está extremamente concentrada em atender as necessidades da indústria do petróleo. Esse é o principal foco dos estaleiros localizados no li-

toral. O segmento de barcos esportivos é desatendido, ocasionando importações. E aí reside uma das grandes oportunidades para o polo naval da Zona Franca de Manaus.

"A Zona Franca não vai competir com Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nosso tipo de construção naval é diferente. Nosso balizamento é outro. Vamos atuar com estruturas flutuantes, barcos de lazer e de turismo", explicou Ana Maria Souza, coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa.

Outro segmento com grandes expectativas de crescimento em Manaus é o de embarcações para transporte fluvial de cargas. Segundo o assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Pedro Lucas Araújo, a prioridade às hidrovias já é um consenso no Governo Federal.

Até 2014, a Suframa projeta que o faturamento do Polo Industrial de Manaus gire em torno de US\$ 45 bilhões. A movimentação de contêineres deve ser de aproximadamente 550



mil unidades nos portos de Manaus, segundo estimativas da Suframa. Para que o escoamento de produtos da Zona Franca pela hidrovias do Madeira seja consolidado, será preciso um

grande volume de embarcações, gerando demanda para a indústria naval.

Como explicou Ana Maria, o desafio que se impõe ao setor como um todo não se trata de um

projeto que vá dar resultados em 2012 ou 2013. É um processo de longo prazo que precisa ser concebido e implementado em etapas que pressupõem a participação de todos os atores da cadeia.

Tratamento adequado às diferenças

Um dos pontos bastante enfatizados durante o evento na Suframa foi a abordagem diferenciada que deverá ser dada aos empreendimentos. Uma coisa são os investimentos internacionais que estão em negociação, outra coisa é a indústria tradicional que produz barcos regionais há séculos. É preciso desenvolver políticas que favoreçam esses dois perfis industriais.

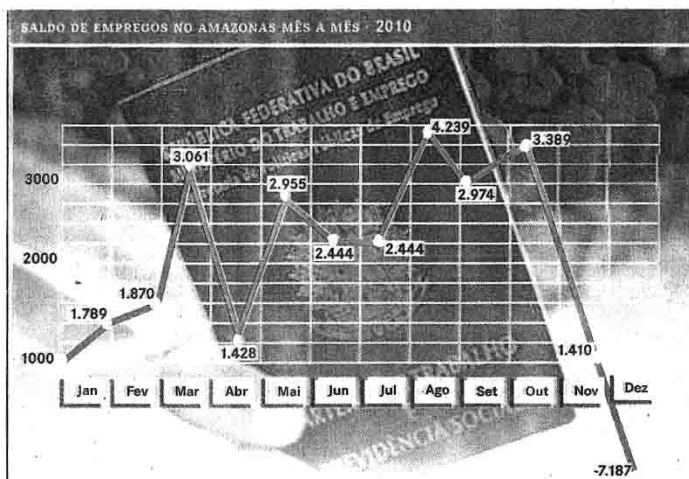
O principal gargalo, que precisa ser atacado de imediato é a falta crônica de mão-de-obra. Mesmo os estaleiros já instalados em Manaus são obrigados a importar profissionais. A Suframa vem mantendo contato com as instituições de ensino médio e superior no sentido de buscar parcerias para implementação de cursos técnicos e de graduação voltados para a construção naval.

A falta de crédito para o setor é outro problema sério. No evento de ontem, não foi possível a participação de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por conta do processo de transição no Governo Federal, mas o banco deverá participar da empreitada.

Manaus, quarta-feira, 19 de janeiro de 2011.

Saldo positivo no Amazonas

De todos os meses do ano passado, apenas dezembro apresentou desempenho negativo de empregabilidade



TEREZINHA PATRÍCIA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O balanço dos empregos com carteira assinada em 2010 fechou com um saldo positivo de 20,8 mil, no Amazonas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No entanto, o mês de dezembro foi o pior do ano, com 19.108 demissões e só 11.921 contratações, dando um resultado negativo de 7.187 empregos. Esse quadro se repetiu nos demais Estados, ou seja: mais demissões que contratações, resultando um saldo negativo em nível nacional de 409.510, em dezembro. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, culpa as entressafras agrícolas.

O desempenho do último mês do ano em 2008 e 2009 também não foi bom no Amazonas. Em 2008 houve um saldo negativo de 13.070 e em 2009, o ano da crise, o resultado foi de 7.982 postos de trabalho perdidos. O superintendente regional do Trabalho e Emprego, Alcino Vieira dos Santos, diz que

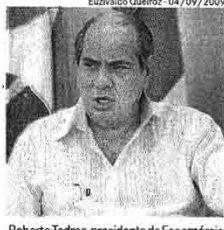
em dezembro muitas empresas que contratam temporariamente desligam os funcionários. As perspectivas para 2011 são boas, prevê o superintendente, citando que setores como o industrial já falam em contratação. Ele acredita que em março os números irão melhorar e aposta nas áreas da construção civil, comércio e serviços e fala também no polo naval.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em 2010, o segmento de comércio e serviços esteve à frente nas contratações. Tanto em nível nacional quanto estadual. O saldo positivo foi superior a 11 mil. "Não me causa surpresa", declara o presidente da Federação do Comércio e Serviços do Amazonas (Fecomércio), Roberto Tadros, e completa que nos países desenvolvidos e em desenvolvimento esse segmento alcança de 65% a 75% do Produto Interno Bruto (PIB). A principal razão desse desempenho é que a mecanização e robótica chegam em menor escala, se comparado à agricultura e à indústria. Para 2011, a expectativa é continuar o crescimento.



Alcino Vieira, superintendente do Trabalho
Euzivaldo Queiroz - 04/09/2009



Roberto Tadros, presidente da Fecomércio

rogério pina

Um balde de água fria

→ A Lufthansa Cargo promoverá amanhã uma coletiva de imprensa para anunciar o início dos voos Frankfurt – Manaus. Mas aí quando se fala que serão voos cargueiros vem a frustração, pois há muito que os órgãos locais de turismo tentam uma frequência de passageiros para a Europa e... nada!

Manaus, quarta-feira, 19 de janeiro de 2011.

APLAUSOS

Para o governo federal, que por meio do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, anunciou novas medidas de desoneração do setor produtivo, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria nacional. As medidas serão enviadas ao Congresso em fevereiro, quando tomam posse os novos deputados e senadores.

País cria 2,5 mi de postos de trabalho

Além de ser recorde, foi o melhor resultado anual do governo anterior que, em oito anos, registrou a geração de 15 milhões de empregos

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou ontem que o volume de vagas criadas em 2010 foi o melhor do governo Lula na geração

de emprego com carteira de trabalho assinada. No ano passado, foram criados 2.524.678 postos de trabalho formal, já descontadas as demissões do período. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, revelaram que os empregos declarados pelas empresas de janeiro a dezembro somaram 2.136.947.

Houve, no entanto, um volume de 387.731 vagas com carteira assinada que foi apenas entregue pelas empregadoras fora do prazo ao longo do ano e contabilizado agora. Assim, o MTE chegou ao número total do ano.

O melhor ano do governo Lula até então havia sido 2007, com 1,6 milhão de vagas criadas no âmbito da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com o impacto da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, 2009 amargou uma diminuição considerável do volume de novos postos. No acumulado do governo Lula, o ministério contabilizou a criação de 15.048.311 novas vagas com carteira assinada, já descontadas as demissões.

Apenas em dezembro, segundo o Caged, o número de demissões superou o de contratações em 407.510.

Para 2011, a perspectiva do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, é de um novo recorde anual, com a geração de 3 milhões de novas vagas com carteira assinada.

Desligamentos

Ainda segundo dados do Ca-

ged, o volume de desligamentos de funcionários superior ao número de contratações em dezembro foi o terceiro maior do governo Lula. De acordo com o Caged, no mês passado, o número de demissões líquidas superou as contratações em 407.510 postos de trabalho.

Em dezembro de 2009, as demissões superaram as contratações em 415 mil postos de trabalho. Em 2008, no mesmo mês, o saldo ficou negativo em 655 mil. Nos demais meses de dezembro do governo Lula os

Houve um volume de 387.731 vagas com carteira assinada que foi entregue pelas empregadoras fora do prazo e contabilizado agora

desligamentos sempre superaram as demissões, mas ficaram em um nível inferior a 400 mil postos de trabalho.

Liderança

O setor de serviços foi, de longe, o principal criador de vagas de emprego com carteira assinada no ano passado. De acordo com dados do Caged, o polo foi responsável por 1,008 milhão de postos abertos em 2010, e deve ser também o impulsionador da criação de vagas neste ano.

Segmento naval busca solução para gargalos

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Em um primeiro encontro, realizado ontem, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval) já 'costuram' políticas públicas para beneficiar as empresas do segmento naval no Amazonas. O evento contou ainda com a participação de estaleiros e armadores, onde foram apresentados as necessidades e gargalos do setor.

Uma das mediadoras da rodada de discussões, a diretora da Coordenação de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa (Cogec), Ana Maria Souza, apontou a necessidade de modernização, formação de mão de obra, crédito e regularização dos estaleiros como os principais entraves do ramo. Segundo ela, o polo naval existe e possui grande potencial, mas carece de estrutura e medidas para que atenda uma demanda local e nacional.

Souza afirmou que um dos próximos passos deve ser um encontro com instituições de ensino para tentar resolver o problema de qualificação. "Vamos tratar a escassez de mão de obra com essas instituições e ver quais as melhores alternativas, seja uma parceria da Suframa com o Estado ou com a iniciativa privada. Precisamos de cursos específicos para o setor, de nível técnico e superior na área de engenharia na construção naval", ressaltou.

Segundo a coordenadora, em todo o Estado, existem mais de 300 estaleiros, sendo 60 em Manaus, dos quais apenas

26 são formalizados e só sete fazem uso dos incentivos fiscais da Suframa. "São vários fatores que dificultam a formalização desses estaleiros, entre eles estão falta de regularização fundiária e escassez de mão de obra. A cooperativa poderia, sim, ser uma solução, mas tudo isso deve ser discutido", comentou.

Se depender dessa conversa inicial, o documento com as diretrizes do setor não deve demorar a sair, tendo em vista a análise positiva do primeiro encontro, de Ana Maria Souza. Conforme a coordenadora, todos os agentes envolvidos

Atualmente, são mais de 300 estaleiros em atuação no Estado do Amazonas, sendo 60 concentrados em Manaus

na cadeia produtiva do setor naval se fizeram presentes e contribuíram com dúvidas e apontando as falhas.

Ana Maria Souza lembrou também que essas políticas públicas fechadas é o que falta para consolidar os investimentos externos, visto o recente interesse de países como China, Espanha, Suíça e Itália no polo naval de Manaus. "Não queremos ser concorrentes do Brasil e causar desemprego em outros locais do país. Nos outros Estados eles atendem à indústria do petróleo e nosso ramo é a fabricação de flutuantes e barcos de lazer", pontuou.

Apoio dos governos

Ao lembrar que muitas audiências ainda devem acontecer para discutir o futuro do setor, o presidente em exercício do Sindnaval, Matheus Araújo, salientou que o que falta para o segmento 'deslançar' no Amazonas é a anuência dos governos federal, estadual e municipal, principalmente em se tratando de questões ambientais.

Entre as alternativas para consolidação do setor, Matheus Araújo apontou o remanejamento dos atuais estaleiros e implementação de novos. Entre as medidas estariam ainda a desburocratização para acesso ao documento da Capitania dos Portos, a permissão para aquisição de títulos definitivos, incentivo à qualificação

de mão de obra com oferta de cursos, na área, aplicação de investimentos em infraestrutura e acesso ao crédito.

Além da escassez de mão de obra e a falta de financiamentos dedicados ao setor - problemas fortemente apontados -, Araújo informou que ainda há impasses a serem resolvidos com a Secretária do Patrimônio da União (SPU), por conta da localidade onde o polo naval deve ser instalado.

Para 2011, o presidente ressaltou que uma das principais intenções é trazer uma agência do Fundacentro - entidade governamental atuante em pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à segurança e à saúde dos trabalhadores.

Criação de 50 mil empregos

O presidente em exercício do Sindnaval, Matheus Araújo, ressaltou que a luta pela consolidação do polo naval é antiga e, se organizado, o setor pode gerar aproximadamente 50 mil empregos diretos para o Amazonas. Segundo ele, hoje, o segmento movimenta quatro mil empregos diretos, no segmento.

Representando o governo federal, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o assessor técnico Pedro Araújo afirmou que vê grande potencial no setor no momento, mesmo com apenas sete das empresas utilizando os benefícios fiscais. "Se todas (empresas) utilizassem dos incentivos, não só fiscais, mas também de cursos, por exemplo, o polo teria ainda mais perspectiva de desenvolvimento", declarou.

Segundo o assessor técnico, o papel da SAE é de articulador junto aos órgãos responsáveis como o Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio (MDIC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pedro Araújo afirmou também que a secretaria vai analisar com um viés técnico os projetos náuticos e, neste primeiro momento, a ideia é observar quais dificuldades e situação atual do setor.

Participaram ainda do encontro a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Amazonas (Crea/AM), o Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM), além de empresas e outros órgãos públicos.

SUFRAMA

Inquérito investiga convênios com Cide, Cieam e o Sebrae

AMAZONAS 8 | O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil público para apurar suspeitas de irregularidades em três convênios da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) que somaram R\$ 1,92 milhão para projetos do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide).

Claro & Escuro

Crescimento de empregos formais no País não se reflete no interior do AM

Os números oficiais do governo federal sobre a geração de empregos com carteira assinada no Amazonas têm demonstrado que as políticas de desenvolvimento implantadas no interior do Amazonas têm gerado poucos resultados na geração de empregos. Enquanto Manaus tem registrado um crescimento robusto, com os incentivos da Zona Franca, o interior do Estado não consegue avançar. Os saldos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, um dos principais pontos de avanço do governo federal nos últimos anos, não se refletem no interior do Estado, onde a população continua sem emprego formal e dependendo quase que exclusivamente dos empregos públicos.

ZPE na divisa

A Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados votou e referendou a criação de Zona de Processamento de Exportações (ZPE) em Cruzeiro do Sul (AC) na divisa com o Amazonas.

MPF apura convênios da Suframa

Tabajara Moreno
Da Redação
Manaus, Amazonas

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil público para apurar suspeitas de irregularidades em convênios da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com três entidades. A autarquia liberou R\$1,92 milhão para implantação e execução de projetos do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (Cide).

Os convênios foram assinados entre a Suframa e os órgãos nos anos de 2003 e 2007. Ontem, o MPF publicou no Diário Oficial da União (DOU) as três portarias informando sobre a instauração dos inquéritos e ações civis públicas, conforme previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União. A portaria do MPF não informa quais

são as suspeitas de irregularidades nos convênios que motivaram a instauração dos inquéritos.

Dos três convênios investigados, o que recebeu o maior volume de recursos da Suframa foi o assinado com o Sebrae. Ao todo, a entidade recebeu R\$ 1 milhão da autarquia para a execução do projeto 'Ações de Promoção Comercial com Vistas a Incentivar o Crescimento do Modelo Zona Franca de Manaus'. Segundo informações do Portal da Transparência, o projeto entrou em vigência no dia 28 de novembro de 2007 e se encerrou no dia 30 de dezembro do ano passado. Todo o valor do convênio foi liberado em parcela única no dia 21 de fevereiro de 2008, segundo o Portal.

Com o Cide, a Suframa assinou convênio no valor de R\$ 485 mil para a execução do projeto 'Ações para Implantação do Polo de Software do Amazonas', compreendendo a melhoria das instalações, capacitação dos empreendedores e posiciona-



Responsável pela administração da política de incentivos da Zona Franca de Manaus, Suframa vira alvo de inquérito civil / Foto: Danilo Mello /14/03/06

mento das empresas na internet. De acordo com o Portal da Transparência, o projeto entrou em vigência no dia 18 de março de 2005 e terminou no dia 11 de setembro de 2008. Toda verba já foi liberada. A última parcela, no valor de R\$ 35 mil, foi liberada no dia 29 de dezembro de 2004, conforme os

dados disponibilizados na internet.

AUTARQUIA É INVESTIGADA

A Procuradoria da República pede da Suframa cópia da prestação de contas dos convênios.

Para o Cieam, o convênio no valor de R\$ 435 mil com a Suframa era destinado à execução da primeira fase do 'Projeto Demonstrativo de uma pequena Central Hidrelétrica - Energia Hidrocinética Proveniente do Fluxo do Rio em Energia

Elétrica'.

Conforme o Portal da Transparência, o projeto entrou em vigor no dia 21 de janeiro de 2004 terminando no dia 13 de janeiro de 2005. Todo o dinheiro do convênio foi liberado em parcela única no dia 24 de dezembro de 2003, segundo informações do Portal.

O inquérito que vai apurar as possíveis irregularidades no convênio deve ser concluído em até 12 meses. O procurador da República no Amazonas, Athayde Ribeiro da Costa, determinou nas portarias publicadas no Diário Oficial que a Suframa encaminhe uma cópia da prestação de contas dos convênios, mesmo não concluída a análise.

O DIÁRIO entrou em contato com a Suframa para saber mais detalhes sobre os convênios que estão sendo investigados, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

INDÚSTRIA

Setor naval cobra infraestrutura e crédito

O remanejamento dos estaleiros e implantação de novos com a desburocratização no acesso à propriedade das áreas, melhor infraestrutura, além de crédito e qualificação são apontados como alternativas para o setor naval. A avaliação é do presidente em

exercício do Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), Matheus Araújo.

As sugestões foram expostas no 1º Encontro do Polo Naval, realizado ontem no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus

(Suframa). O setor debateu a necessidade das medidas para atrair investimentos como “uma nova opção econômica”, disse Araújo.

O presidente disse que a luta pela consolidação do Polo Naval é antiga e caso se consolide, poderá gerar cerca de

50 mil empregos diretos para o Estado. “Hoje o setor naval produz 4 mil empregos diretos, ou seja, é bastante significativo em termos econômicos”, ponderou.

Ao falar sobre os gargalos do setor, como a necessidade de modernização, formação

de mão de obra, crédito e regularização dos estaleiros, a coordenadora-geral da Coordenação de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, Ana Maria Souza, disse que o polo já existe, o que falta é a sua ampliação e estruturação.

Indústria de remanufatura e Duas Rodas obtêm benefícios

DECRETOS REGULAMENTAM INCENTIVOS FISCAIS, PARCELAM ICMS E ESTIMULAM IMPORTAÇÕES

O governo do Estado editou dois decretos regulamentando incentivos fiscais que estimulam a importação de insumos para recondicionamento de máquinas usadas e para a indústria de bens finais do Polo de Duas Rodas. De acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), as medidas não ampliam a renúncia fiscal já existente para as empresas.

O Decreto 30.922, de 12 de janeiro, concede a remissão fiscal de 80% a 100% de créditos tributários, ou a isenção, incluindo juros e multas, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de importação do exterior de máquinas usadas para remanufatura.

Para obter a alíquota máxima de isenção, essas empresas têm que ser optantes da Lei 2.826, ou terem decreto concessivo de laudo técnico, quando em processo de implantação, antes de começaram efetivamente a produzir, como forma de estimular o investimento. As empresas necessariamente precisam obedecer um Processo Produtivo Básico (PPB), ou um conjunto mínimo de etapas de produ-

MEDIDAS

Governo publica decretos e estabelece prazos de adesão

24

de janeiro é o prazo de opção das empresas de remanufatura e das demais interessadas em parcelar o ICMS devido, desde que pagas as contribuições financeiras.

6,8%

é o desconto efetivo do ICMS para a indústria de bens finais do Polo de Duas Rodas para importação.

ção. para gozarem do regime fiscal.

De acordo com a Sefaz, a Lei 3.578, de 29 de dezembro de 2010, agora regulamentada, foi proposta pelo governo e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, após a revogação dos incentivos concedidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), aplicada nos demais Estados.

O decreto também anistia as penalidades aplicadas até 14 de outubro de 2010 de empresas

que foram autuadas, desde que haja o pagamento do valor principal, devidamente atualizado.

Outro benefício é a possibilidade do parcelamento do ICMS devido pelas indústrias incentivadas em até quatro vezes iguais, sobre fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2010, desde que haja o pagamento do valor principal atualizado.

Para ter direito aos benefícios, as empresas devem fazer a opção até o próximo dia 24.

Duas Rodas

Já o Decreto 30.923, de 12 de janeiro, visa unificar a redução da base de cálculo de 60% do ICMS nas importações da indústria de Duas Rodas.

Segundo a Sefaz, na prática, há desconto efetivo de 6,8%, se houver opção em até 20 dias. O decreto também isenta a alíquota de 25% do ICMS sobre a tarifa de energia.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

AM registra saldo recorde de empregos

ECONOMIA AMAZONENSE CRIOU 32 MIL VAGAS NO ANO PASSADO, O MELHOR RESULTADO DESDE 2003, SEGUNDO O CAGED

Ana Cláudia Leocádio
Da Sucursal
Brasília, Distrito Federal

Em oito anos o emprego com carteira assinada no Amazonas teve um crescimento de 217,7%, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de dezembro, divulgados ontem pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

Em 2003, o saldo entre as admissões e demissões no Amazonas foi de 10.136 empregos e, em 2010, chegou a 32.204 vagas, um recorde dos últimos oito anos, sendo que mais de 90% das vagas estão concentradas em Manaus.

O maior saldo registrado nessa série histórica, depois de 2010, foi em 2004, com 22.731 vagas, seguido de 2007, com 22,5 mil empregos formais. O pior resultado do Amazonas ocorreu em 2009, quando o Estado fechou com saldo negativo de 1.408 vagas, consequência da crise mundial, que reduziu em quase 6% o nível de emprego na indústria e de 7,3% na construção civil, segundo o ministério.

Em 2010, a indústria respondeu por 13.570 vagas, o que corresponde a 42,1% do saldo, e o setor de serviços gerou 11.862 empregos, o equiva-

te a 38,8%. O terceiro maior gerador de emprego no Amazonas foi o comércio, com 5.172 vagas, seguido da construção civil (869) e agricultura (329).

O Amazonas também reduziu o déficit de empregos em dezembro, mês com os piores níveis de empregabilidade segundo o ministério, ficando em 15º no ranking dos Estados. Em 2010, o Estado teve 11.921 admissões e 19.108 demissões, o que gerou um déficit de 7.187 vagas em dezembro. Ainda assim, o resultado foi 9,9% menor que o de dezembro de 2009, quando o déficit foi de 7.982 vagas e 45% abaixo de 2008, que registrou o pior dezembro do Estado, com menos 13.070 vagas.

Concentração na capital

De acordo com dados do Caged até novembro de 2010, Manaus segue concentrando a maioria absoluta de vagas. Do saldo de 28 mil empregos gerados nos 11 meses de 2010, 93,4% estavam concentrados em Manaus. Foram 26.152 vagas contra 892 registradas em 11 municípios com mais de 30 mil habitantes, sendo que em Parintins houve um déficit de 108 vagas. Em 2003, a concentração de empregos em Manaus era de 93,7%.

Para o ministro Carlos Lupi, o Amazonas conseguiu recuperar as perdas de 2009, principalmente por causa do impacto da

crise internacional nas fábricas do Polo Industrial de Manaus. "O Amazonas recuperou muito aquilo que perdeu em 2009, que foi um dos mais afetados pela crise internacional. São produtos de grande valor agregado. Acho que 2010 foi um ano para se comemorar para toda a Zona Franca e para todo o Amazonas", avaliou o ministro.

Este ano, o Ministério do Trabalho e Emprego decidiu adotar uma nova metodologia e antecipar os dados dos registros feitos fora do prazo somados com algumas informações da Relação Anual de Informações Sociais

(Rais), que só será divulgada em maio. Em 2010, o País teve saldo de 2,524 milhões de empregos formais, atingindo a meta do governo federal. Para este ano, o número a ser perseguido é de 3 milhões de novas vagas.

Das cinco regiões, a Norte registrou menor volume de empregos em 2010, com 136.259 vagas. Desse total, 32,2 mil foram geradas no Amazonas, 52.297 no Pará e 26.263 em Rondônia, influenciada pela obra das usinas hidrelétricas.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

RAIO X

Setores se recuperaram dos efeitos da crise internacional

EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO AMAZONAS 2003-2010

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
0,06	22,73	19,99	19,05	22,58	8,78	-4,08	32,204

Nível de emprego formal por setores
Total: 32.204
Indústria e Transformação: 13.570
Serviços: 11.862
Comércio: 5.172
Construção civil: 869
Agricultura: 329
Adm. Pública: 145
Extração mineral: 162
Nível de emprego (fora de prazo e acertos de movimentação janeiro-novembro): 11.391
Resultado de dezembro:
Admissões: 11.921
Demissões: 19.108
Saldo: -7.187
Crescimento de 217,71% de 2003 a 2010

Queda de 9,95% em relação a dezembro de 2009.

Queda de 45% em relação a dezembro de 2008.

Saldos na região Norte:
Total: 136.259
Pará: 52.297
Amazonas: 32.204
Rondônia: 26.163
Tocantins: 12.577
Acre: 5.786
Roraima: 4.171
Amapá: 3.061

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego